

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

como a justiça e a fraternidade/sororidade universais, baseadas na convicção de que Deus constitui o princípio radical para a igualdade entre todos os seres humanos. Invoca também o respeito pelos Direitos Humanos.

Esta perspectiva gera práticas alternativas de vários tipos: reflexões teóricas sobre os mecanismos geradores de injustiças estruturais e sobre possíveis caminhos de saída do “modelo único” do capitalismo de mercado; práticas libertadoras de capacitação de comunidades e de sujeitos em situações de exclusão, bem como ações de solidariedade humanitária em contextos de emergência. Apontem-se como exemplo de cada uma destas práticas: a participação das religiões no Fórum Social Mundial e o Fórum Mundial de Teologia de Libertação; a reflexão produzida pela Comissão Justiça e Paz, em Portugal; a presença de grupos religiosos nos diversos movimentos “Ocupas”; a presença de grupos religiosos em ONG.

Teresa Toldy

Resistência

Etimologicamente, resistência é: estar – isto é, *tomar uma posição* – de forma reiterada. Entrar no mundo – estar – parece então ser a inevitabilidade da resistência: um (re)existir. E, contudo, dando razão a Heraclito, parecemos ter esquecido o que nos é mais familiar e intrínseco: esse processo agonista (de luta, que é também agonia) de afirmação de vida, a fazer-se contra a estase da morte.

Declarado o fim das grandes narrativas na pós-modernidade, parece haver hoje uma espécie de vergonha em usar palavras como “resistência” ou “resistir”. Em Portugal, adicionando-se razões que se prendem com a sua história recente, estas palavras parecem ter-se tornado até ridículas e alvo de troça: como se o 25 de Abril tivesse esgotado toda a necessidade de resistência e só uma certa esquerda antiquada pudesse ainda usar termos tão obsoletos e fora de moda. Este discurso, tornado dominante através das instituições reguladoras (dos média à escola), parece assim levar-nos ao impedimento de (re)existir – é esse o fundamento da tão proclamada inexistência de alternativas para a crise em que nos encontramos. Mas a aceitação deste discurso, poderemos concluir, significa a aceitação da nossa própria in(re)existência. Contra esta linguagem e pela (re)existência do humano, há pois que procurar uma linguagem emancipatória: um esforço poético (do *fazer na/da* palavra) a incluir uma dimensão profundamente arcaica

que, ainda que invisibilizada por um certo sentido de moderno, sobreviveu na resistência da nossa própria humanidade, na permanência reiterada de “estar” – de “tomar posição” na existência. A impossibilidade da alternativa revela-se então como alternativa impossível. Há pois que reatualizar esse arcaico, isto é, ressignificar: reativar o potencial criativo de cada cidadã/o e manter o processo e o movimento da vida. Mesmo sem grandes narrativas, esta consciência do humano permanece – ainda que apenas à pequena escala.

É nessa pequena grande escala que urge trabalhar, sobretudo nestes momentos de crise e de agressão a direitos estabelecidos: resistindo/existindo – em ato (agindo). Só nesse agonismo – que, dizia Olson, leva cada cidadã/o ao imediato, de uma percepção a outra – se faz vivo o processo de participação na expansão do humano. Aí resiste a possibilidade da escolha individual e/ou da (re)invenção de uma linguagem emancipatória: a abertura a novas representações do mundo.

Graça Capinha

Responsabilidade social das empresas

Pressupondo que o bem-estar social é uma tarefa de toda a sociedade e não apenas do Estado, as empresas são chamadas a assumir responsabilidades. É neste contexto que se pode situar o conceito de responsabilidade social das empresas (RSE). Além de implicar uma alteração na atitude dos agentes económicos, assume diversos significados e interpretações tanto no meio académico como empresarial. A RSE acolhe contributos distintos relacionados com as obrigações legais, com a contribuição de carácter caritativo e filantrópico e com o comportamento socialmente responsável, quer ao nível interno, quer externo. Este tipo de comportamento passa por preocupações com os trabalhadores (colaboradores) e os seus direitos, pela gestão das expectativas do público, mas também pela utilização de recursos para fins sociais mais amplos. Procura-se, assim, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo, maximizando os impactos positivos sobre a comunidade.

Perante cenários de insolvência, encerramento de empresas, adoção de medidas de *lay-off* ou despedimentos, qual o lugar da RSE? Não obstante uma visão otimista reforçada por alguns indicadores que apontam para um aumento da responsabilidade social, receia-se que as práticas de preservação do meio ambiente e da qualidade de vida da população possam representar mais um custo para as empresas. Contudo, estas práticas não podem